

# Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934-1969)

Luiz Carlos Jackson

Interrogar o significado da experiência intelectual e social que se constituiu em São Paulo com a institucionalização das ciências sociais, iniciada com a criação da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP) em 1933 e da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP (FFCL-USP) em 1934<sup>1</sup>, implica em primeiro lugar uma justificativa. Nesse sentido, diferenciarei análises realizadas pelos próprios protagonistas do processo de outras empreendidas sobretudo a partir dos anos de 1980.

Uma das conseqüências mais importantes da reforma universitária realizada na USP, no final dos anos de 1960, e da nacionalização da pós-graduação (a partir da década seguinte) foi a constituição efetiva de especialidades acadêmicas. Embora ocorresse certa diferenciação progressiva, dada por recortes temáticos ou teóricos desde a década de 1940, quase toda produção acadêmica nas ciências sociais tinha como foco o problema da *modernização* brasileira, o que deslocava a questão central que mobilizara a inteligência do país até então, movida pelo esforço de entender os processos constitutivos de nossa *formação* – social, econômica, política e cultural. A análise das *mudanças* ou das possibilidades (e entraves) de reforma ou revolução da sociedade brasileira constitui a direção quase obrigatória a todas as linhas de pesquisa consagradas no período<sup>2</sup>. Variam as *perspectivas* analíticas, mas o objeto é de certo modo o mesmo para todos, e por isso, até o final da década de 1960, a comunidade relativamente restrita de cientistas sociais dialoga de

1. Tomarei como referência o período compreendido entre a criação da ELSP (1933) e as aposentadorias compulsórias (1969). A sociologia é privilegiada na análise (também em função de sua centralidade no período) que toma como contraponto nos anos de 1960 a crítica literária paulista constituída na USP por Antonio Candido e equipe.

2. A distinção sugerida entre os temas da “formação” e da “modernização” é analítica. Haveria no primeiro, tipicamente, ênfase nos processos constitutivos da sociedade brasileira;

no segundo, nas transformações.

maneira direta entre si, ao contrário do que ocorre a partir de então, quando a especialização progressiva implica a dispersão temática e a formação de grupos, definidos por áreas de pesquisa.

Dessa maneira, a diferença aludida no primeiro parágrafo entre textos sobre a história das ciências sociais produzidos por quem viveu diretamente o período de autonomização do campo e outros textos realizados em meio à diferenciação interna desse campo reside no afastamento destes últimos do objetivo, inerente aos primeiros, de tomar partido no debate acerca da modernização brasileira. Torna-se decisivo, entretanto, posicionar-se metodológica e teoricamente na área específica em constituição, que nesse caso tem como objeto as próprias ciências sociais. Na verdade, tal especialidade opõe tipicamente duas perspectivas: uma que retém em boa parte a dimensão política que a aproxima do período anterior e dos debates sobre o desenvolvimento brasileiro, e de uma história das idéias; e outra que insiste na reconstrução estritamente sociológica do campo acadêmico, visando a constituir uma *sociologia dos intelectuais*.

A primeira orientação tem como preocupação principal a análise de textos, contextualizados em função das interpretações (e das opções metodológicas) sugeridas sobre os processos sociais estudados e das configurações históricas abrangentes a partir das quais se constituiriam. Enfatiza-se na segunda a reconstrução sociológica dos meios específicos (e de suas relações com os centros decisórios e agências de fomento), nos quais a atividade intelectual se realiza, em meio às disputas motivadas pelas possibilidades de acesso e controle das posições dominantes do campo de atividades estudado. Inspirado em alguns trabalhos recentes<sup>3</sup>, tentarei conciliar neste artigo as duas perspectivas, sublinhando a precedência da segunda, necessária, segundo meu ponto de vista, à consecução dos objetivos da primeira.

3. Sobre tudo os de Arruda (1995 e 2002), Pontes (1998) e Peixoto (2000).

As mudanças decorrentes da institucionalização das ciências sociais em São Paulo definiram novas condições de possibilidade à produção intelectual inicialmente no âmbito local, processo ampliado progressivamente no Brasil, apesar das dificuldades que marcaram experiência similar ocorrida no Rio de Janeiro a partir dos anos de 1930. Tal processo<sup>4</sup> foi condicionado pela disponibilidade de recursos públicos e privados, decisivos para o sucesso ou fracasso das instituições de ensino e pesquisa criadas no período. Outro aspecto importante residiu no grau de autonomia conquistado em relação aos centros de poder político propriamente ditos, relação favorável em particular no caso paulista.

4. Conforme Miceli (1989b).

No Rio de Janeiro, centro da vida política brasileira na primeira metade do século XX, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (a partir de 1939 denominada Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil) não logrou proteger-se das disputas políticas e ideológicas do período getulista. Ao contrário, foi uma das arenas de tais embates. Por conta disso, as ciências sociais constituíram-se nesse contexto em relação mais direta com a política, se comparado com a experiência paulista. Não houve na então capital federal vida acadêmica propriamente dita, sobretudo porque ensino e pesquisa desenvolveram-se quase separadamente. Apenas a primeira dessas atividades transcorreu com sucesso no interior da universidade; a segunda foi impulsionada sobretudo por institutos de pesquisa desvinculados da estrutura acadêmica oficial<sup>5</sup>. Não se deve estranhar, assim, que uma das marcas da sociologia carioca seja, até o presente, um comprometimento político mais evidente do que o da sociologia paulista. Tais circunstâncias balizaram a disputa entre os dois centros mais importantes das ciências sociais no Brasil desde os anos de 1950, pelo menos. Principalmente o Iseb (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) foi alvo constante da sociologia paulista, que enfatizou sempre (com ou sem razão) o viés ideológico das pesquisas realizadas nessa instituição. Com a distância hoje de tal contexto, torna-se evidente a existência de um confronto entre projetos acadêmicos orientados pela convicção nas possibilidades de intervenção pela sociologia no processo de modernização brasileiro. Nesse embate, do ponto de vista institucional, o Rio de Janeiro conseguiria se impor, aliás, ao liderar no Brasil o movimento que daria ensejo na América Latina à montagem de uma estrutura internacional de ensino e pesquisa, centralizada na Flacso (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais), com sede em Santiago do Chile, e no Clapcs (Centro Latino-americano de Ciências Sociais), sediado no Rio de Janeiro<sup>6</sup>. Neste último, seria Luiz de Aguiar Costa Pinto o personagem central, ao dirigir o centro e editar a revista *América Latina*.

Em São Paulo, o arranjo histórico dado pela supremacia econômica do estado – impulsionada pelo processo de industrialização e crescimento dos centros urbanos durante a República Velha – e pelas derrotas políticas sofridas em 1930 e 1932 possibilitou o investimento político na reforma educacional que teve como pilar a criação da Universidade de São Paulo em 1934 e, nela, da FFCL. Também a criação da ELSP (1933) resultou desse contexto. Imaginavam os mentores das duas escolas que as elites nelas formadas constituiriam quadros políticos e técnicos envolvidos na retomada da hegemonia política do país por São Paulo. Tal vínculo concretizar-se-ia apenas a

5. Sobre a institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro, consultar sobretudo os textos de Almeida (1989) e Oliveira (1995).

6. Conforme o ótimo texto de Alejandro Blanco, neste número da revista.

longo prazo e indiretamente. Ambos os cursos orientaram-se por objetivos antes acadêmicos do que políticos, o que implicou o desenvolvimento na metrópole paulistana de uma vida acadêmica propriamente dita, viabilizada pelas oportunidades de trabalho intelectual geradas não apenas pela universidade mas também pelo mercado de empreendimentos culturais em franca expansão na cidade.

Os traços já esboçados do contorno do campo acadêmico em constituição permitem algumas considerações sobre sua especificidade. Embora direcionada por autonomização crescente em relação às esferas política e cultural, a vida acadêmica paulistana constituiu-se também em interação mais ou menos intensa e freqüente com tais instâncias. Em relação à política, deve-se enfatizar que tanto o projeto acadêmico liderado por Donald Pierson na ELSP, que pretendia realizar um amplo panorama empírico da realidade brasileira por meio dos “estudos de comunidades”, como o que foi encampado por Florestan Fernandes à frente da cadeira de Sociologia I na FFCL-USP, que visava a uma “sociologia do desenvolvimento”, explicitaram a crença nas possibilidades de “aplicação” direta do conhecimento sociológico em políticas públicas<sup>7</sup>.

7. Sobre o viés aplicado da sociologia no período, ver Villas Bôas (2006).

Alguns periódicos editados na época eram propriamente acadêmicos. *Sociologia* foi a primeira revista especializada, criada por Emílio Willems e Romano Barreto. Até o final dos anos de 1940, essa publicação reuniu em suas páginas textos de seus colaboradores principais, diretamente vinculados ao programa de pós-graduação da ELSP – Willems, Pierson e Baldus –, com os primeiros artigos redigidos pelos então jovens alunos da FFCL-USP – Florestan Fernandes e Antonio Candido, principalmente –, que nas décadas seguintes tomariam parte da linha de frente do campo intelectual paulista. *Sociologia* expressou a liderança exercida até meados dos anos de 1950, nas ciências sociais paulistas, por Donald Pierson e Emílio Willems, este o único professor com vínculos profissionais nas duas instituições. Os periódicos serviriam, a partir de então, como lastro às lideranças acadêmicas consagradas nesse momento. Isso ocorreu com Herbert Baldus e Egon Schaden, ao editarem, respectivamente, a *Revista do Museu Paulista (nova série)*, desde 1947, e a *Revista de Antropologia*, criada em 1953. Diferenciaram-se desse padrão Florestan Fernandes e seu grupo, por não dirigirem nenhuma revista. Impuseram-se, entretanto, marcando presença em quase todos os periódicos então editados.

Outras publicações importantes, como as revistas de cultura (também os jornais) *Anhembi* e *Brasiliense*, editadas respectivamente por Paulo Duarte

e Caio Prado Jr., serviram também de caixa de ressonância à sociologia paulista, por legitimarem acadêmica e politicamente os grupos e os autores (Florestan e grupo foram colaboradores freqüentes em ambas) que nelas escreviam. Paralelamente, Antonio Candido e seus companheiros de *Clima*<sup>8</sup> editariam também o *Suplemento Literário* do jornal *O Estado de S. Paulo*, consagrando nesse itinerário um padrão de análise cultural em torno do qual se constituiriam, como veremos adiante, os estudos realizados pelos discípulos reunidos nos anos de 1960 na cadeira de Teoria Literária e Literatura Comparada do Curso de Letras da FFCL-USP. Os exemplos são significativos para se compreender o jogo intrincado que articulava interesses políticos, acadêmicos e culturais, vinculados por um mercado em que a conversão de “moedas” era muito comum.

A característica mesma desse “estado do campo” era dada por certa ambigüidade que se revela nas trajetórias e obras dos protagonistas desse processo<sup>9</sup>, lastreadas na experiência comum da profissionalização da atividade acadêmica, que, não obstante, oferecia possibilidades muito restritas à carreira em função do “sistema de cátedras” vigente.

Durante sua vigência (1934-1969), na FFCL-USP, havia duas cátedras de Sociologia<sup>10</sup>, que polarizaram as disputas em torno das concepções de ensino e pesquisa (freqüentemente misturadas às questões de ordem política) que deveriam orientar a constituição das ciências sociais nessa universidade. Os primeiros catedráticos foram Paul Arbousse-Bastide (primeira cadeira) e Lévi-Strauss (segunda). O confronto entre os dois em torno da organização do programa do curso teve como desfecho o afastamento de Lévi-Strauss, no final de 1937. Para seu lugar, foi contratado Roger Bastide, personagem central na FFCL-USP (e no cenário cultural paulista) até seu retorno à França, em 1954<sup>11</sup>. No começo da década de 1940, ele assumiu a cadeira de Sociologia I, ocupando a segunda cadeira Fernando de Azevedo (Arbousse-Bastide tornou-se catedrático em Política). A cadeira de Antropologia foi criada em 1941, regida por Emílio Willems até 1949, em seguida por Egon Schaden e por João Batista Borges Pereira (nos anos de 1960).

Disputas mais acirradas ocorreram quando Florestan Fernandes foi indicado por Bastide para substituí-lo em 1954. Nesse contexto, as assistentes Gilda de Mello e Souza e Maria Isaura Pereira de Queiroz transferiram-se, respectivamente, para a Filosofia e para a Sociologia II. Esta (na qual trabalharam Florestan e Antonio Candido, como assistentes, até 1954 e 1958, respectivamente) reuniria, sob a cátedra de Fernando de Azevedo (substituído em 1964 por Rui Coelho), sociólogos com orientações teóri-

8. Sobre o Grupo *Clima* e a revista, consultar o excelente livro de Heloisa Pontes (1998). Para uma análise mais detalhada das revistas do período, consultar Jackson (2004).

9. Alunos e professores da FFCL-USP e da ELSP eram colaboradores assíduos dos principais jornais paulistanos, sendo freqüente também o convívio estreito com as elites artísticas e literárias vinculadas ao modernismo.

10. Sobre essa questão, ver Pulici (2004).

11. Sobre Bastide, ver Peixoto (2000).

12. Conforme Pontes (1998).

13. Nos termos de Sergio Miceli: “Em São Paulo, a hierarquia acadêmica que se vai constituindo nas duas primeiras décadas de funcionamento foi sendo modelada por docentes estrangeiros treinados nas regras e costumes da competição acadêmica européia (e francesa em particular), todos eles empenhados em instaurar um elenco de procedimentos, exigências e critérios acadêmicos de avaliação, titulação e promoção. O acesso às posições de comando e liderança esteve invariavelmente condicionado à produção e defesa do doutoramento, ao concurso para livre-docência e à conquista de cátedra, preenchendo-se esses lugares de preferência com licenciados nativos que firmaram sua reputação pela excelência de sua produção intelectual, pela herança presuntiva das posições em aberto com o retorno dos estrangeiros, ou então por uma combinação variável de ambos os fatores” (1989b, p. 81).

cas diversas, como Rui Coelho e Azis Simão, por exemplo. Na Sociologia I, prevaleceu a orientação “científica” imposta por Florestan Fernandes a seus discípulos, entre os quais Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Maria Sylvia de Carvalho Franco e Marialice Forachi. O desenvolvimento da sociologia na USP foi marcado fortemente por essa divisão, pelas disputas entre as cadeiras e internas a elas, sobretudo na Sociologia I, acirradas depois de 1964.

O surgimento de novos cursos superiores possibilitou o ingresso no universo acadêmico de jovens oriundos de camadas sociais antes excluídas dessa alternativa. Sobretudo a mobilidade social proporcionada com a criação da universidade beneficiou filhos de imigrantes, membros das classes médias de São Paulo e do interior, e mulheres. Incorporou também estudantes egressos de famílias tradicionais em declínio, principalmente aquelas mais dotadas de capital cultural e que permitiram de alguma maneira uma orientação política “esquerdizante” aos herdeiros desviantes do destino social que deles se esperava. Não podemos esquecer, contudo, que as turmas no curso de Ciências Sociais eram muito reduzidas (em torno de dez alunos), sobretudo na primeira década de funcionamento da universidade, e que, mesmo assim, os que lograram sucesso no interior da própria USP foram muito poucos (um ou dois por ano).

O quadro é indicativo de aspectos da sociabilidade vigente, determinada pela convivência estreita e por competição acirrada, por meio das quais as afinidades e as diferenças sociais se expressavam na conformação de grupos intelectuais e de amizade, de relações amorosas e de rivalidades<sup>12</sup>; tudo isso em meio à rígida hierarquia determinada pela cátedra e pelos novos procedimentos de legitimação intelectual e profissional (doutoramento, sobretudo)<sup>13</sup>. Nesse ponto, intervieram decisivamente os membros das missões estrangeiras de docentes, principalmente franceses na FFCL e norte-americanos na ELSP. Nova seara de disputas e parcerias certamente, responsável pela definição de programas de ensino e pesquisa que aos poucos constituiriam linhagens acadêmicas nas ciências sociais paulistas.

Prevaleceu em primeiro plano, de início na ELSP, após a chegada do norte-americano Donald Pierson a São Paulo, em 1939, para assumir a direção da escola, depois na FFCL-USP, em especial quando Florestan Fernandes assumiu interinamente a cátedra de Sociologia I (1954), o intuito de constituir novo padrão de produção intelectual, marcado por cientificidade e profissionalismo. Os contrapontos desse modelo de vida propriamente acadêmica eram os intelectuais polígrafos, de tempo parcial, vinculados também a

outras atividades, além dos literatos e bacharéis. Dois aspectos decisivos para o sucesso dos projetos acadêmicos liderados por ambos foram a disponibilidade financeira (proporcionada na ELSP até meados dos anos de 1950 pela Smithsonian Institution) e a montagem de equipes de pesquisadores orientados por temas e abordagens em comum. A ELSP foi, sob a liderança de Pierson, a instituição paulista que patrocinou os “estudos de comunidades”. O projeto pretendia realizar um amplo painel empírico da realidade social brasileira, a partir do qual generalizações teóricas e reformas políticas seriam sugeridas. Embora vários trabalhos fossem realizados e publicados, os objetivos explícitos e implícitos (de ocupar posição hegemônica no campo em constituição) pretendidos não foram totalmente alcançados. Os motivos prováveis desse fracasso relativo vincularam-se certamente ao afastamento de Pierson, o que inviabilizou também a continuidade do financiamento referido. Somada a esses fatores, a recepção negativa a *Cunha* (1947), de Emílio Willems, anunciada em primeira mão pela resenha publicada por Caio Prado Jr. em *Fundamentos* (1948) e subscrita por Florestan Fernandes, no mesmo ano, no texto “A análise sociológica das classes sociais”, evidenciaria a disputa latente entre as duas escolas, logo decidida, e por larga margem, a favor da FFCL-USP.

A divergência principal entre as duas escolas residia não apenas na fundamentação empírica (apoiada em modelo metateórico indutivo) ou teórica (apoiada em modelo metateórico dedutivo) dos programas de pesquisa desenvolvidos por elas. As duas instituições distanciavam-se também politicamente: a ELSP representava, do ponto de vista dos sociólogos formados na USP, um projeto político e acadêmico conservador. É justamente esse o ponto decisivo da resenha de Caio Prado Jr. a *Cunha*, ao explicitar a correlação entre “empirismo” e conservadorismo político, implícita no texto de Florestan Fernandes e em artigos posteriores de Octavio Ianni e Maria Sylvia de Carvalho Franco. Tais circunstâncias reforçam, ainda, o entrelaçamento direto das ciências sociais com a política, típico desse “estado do campo” não institucionalizado plenamente.

No mesmo artigo, o então jovem sociólogo deixava entrever a “sociologia do desenvolvimento” brasileiro que orientaria a produção acadêmica da equipe reunida na cadeira de Sociologia I, sintonizada com o contexto intelectual e político do pós-guerra. Mas seria em torno das “relações raciais”, temática a que Florestan seria conduzido por Roger Bastide na conhecida pesquisa patrocinada pela Unesco, que ele e seus dois principais discípulos, Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni, dariam os primeiros passos

concretos em direção ao projeto “Economia e sociedade no Brasil”, encampado pelo grupo no início dos anos de 1960.

Antes de aprofundar a análise sobre a (assim reconhecida pelo próprio grupo) “Escola sociológica paulista”, e tendo em vista o adensamento desse contexto, farei uma breve digressão sobre a pesquisa coordenada por Roger Bastide, que teve como resultado o livro *Branco e negro em São Paulo*, editado por Paulo Duarte. Indicado diretamente por Donald Pierson, a quem Alfred Métraux oferecera o trabalho em primeiro lugar, Oracy Nogueira trabalhou quase isoladamente do restante do grupo, formado ainda por Virginia Leone Bicudo e Aniela Ginsberg. A primeira edição do livro (1955), com o título *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo: ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo*, publicou o conjunto completo dos relatórios produzidos pela equipe. Já a segunda edição, de 1958, incluída na Coleção Brasileira com o título *Branco e negro em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana*, trouxe apenas o texto conjunto de Roger Bastide e Florestan Fernandes. A diferença é significativa e reafirma a hierarquia já visível no subtítulo da primeira edição, que sumaria unicamente a parte republicada. Vale lembrar que a pesquisa de Oracy Nogueira tinha como referência o município de Itapetininga e que o viés analítico dos relatórios das mulheres envolvidas no projeto era psicológico.

O jogo intrincado que se revela no caso em análise não se detém na assimetria das disciplinas (sociologia e psicologia) ou dos temas (urbano e rural). Manifesta a clivagem de gênero e a disputa acirrada entre as duas instituições, que se sobrepõem a possíveis afinidades biográficas e teóricas. As trajetórias de Florestan Fernandes e Oracy Nogueira permitem aproximações. Ambos romperam barreiras sociais nada desprezíveis, constituindo exemplos radicais das possibilidades de mobilidade, restritas mas relevantes, proporcionadas pela abertura de novas carreiras acadêmicas. Também a militância de esquerda os identificava. A biografia de Florestan é mais conhecida<sup>14</sup>; Oracy nasceu em Cunha, São Paulo, em 1917, e seus pais eram professores primários. Pertencia à fração relativamente mais provida de capital cultural do que econômico das classes médias, que buscavam na educação dos filhos brechas para ascender socialmente. Essa possibilidade apresentou-se na ELSP, onde ele se graduou (1942) e defendeu o mestrado com tese sobre os tuberculosos – *Vozes de Campos do Jordão*. Por intermédio da escola, beneficiado por convênio com a Universidade de Chicago, iniciou

14. A respeito, consultar Garcia (2002).

seu doutoramento nos Estados Unidos em 1945, mas não obteve o título, impedido de voltar àquele país em função de seu engajamento político. A partir dos anos de 1950, entretanto, a carreira de Oracy Nogueira acompanhou de certa maneira o declínio da instituição na qual se projetou e da qual se desligou pouco depois do retorno de Pierson aos Estados Unidos. Nessa direção, é significativo que o “Relatório de Itapetininga” só tenha sido publicado novamente depois de quatro décadas.

Avanço com uma comparação entre os textos redigidos por Florestan Fernandes, Roger Bastide e Oracy Nogueira, que revela aspectos um tanto inesperados. Fernanda Peixoto foi quem, salvo engano, notou pela primeira vez a distância entre as interpretações sugeridas pelo sociólogo francês e seu discípulo. De fato, a sociologia histórica do preconceito racial empreendida por Florestan diferencia-se muito da análise mais atenta aos processos constitutivos da subjetividade dilacerada do mulato, que interessa Bastide. O itinerário seguido por este acompanha num só passo a visada de Gilberto Freyre em *Sobrados e mocambos* e o projeto de Gaston Richard na França, empenhado na superação da oposição rígida entre sociologia e psicologia, herdada pela tradição durkheimiana. Estranha-se, contudo, a afinidade analítica com o texto de Oracy que uma leitura distanciada daquele contexto permite perceber.

Possíveis acomodações dadas por *habitus* convergentes ou por interpretações afins não se impuseram, portanto, subordinadas à lógica derivada da contenda entre as duas instituições que disputavam a hegemonia no campo das ciências sociais em constituição no período. Disso resultou o obscurecimento de Oracy, dado pela estratégia editorial referida, que tornou secundários também os textos redigidos pelas mulheres envolvidas no projeto. Sabe-se, quanto às relações de gênero, que foram incrementadas as possibilidades de atuação profissional das mulheres, quase totalmente excluídas até então nas carreiras superiores tradicionais. Não obstante, tal processo só ocorreu de forma conflituosa, dificultadas as trajetórias femininas em relação às masculinas.

Nenhuma mulher assumiu as cátedras de sociologia, antropologia ou política. Em 1954, quando Bastide retornou à França em definitivo, o indicado para substituí-lo foi Florestan Fernandes. A escolha parece-nos óbvia, legitimada pela atuação acadêmica e política do sociólogo até sua cassação em 1969. Mas Gilda de Mello e Souza era a primeira assistente da cadeira, já havia concluído o doutorado e poderia ter assumido o cargo. O reconhecimento tardio de sua obra, sobretudo *O espírito das rou-*

15. Conforme Pontes (2004).

*pas*, explica-se em grande parte por sua autoria feminina, convertida no argumento decisivo do livro<sup>15</sup>, que explicita a angústia da mulher empenhada na ruptura dos entraves impostos pela dominação masculina. Os trunfos auferidos pela posse invejável de capital cultural não foram suficientes para alçá-la a posição dominante no campo. Sua trajetória profissional foi sempre marcada por certa marginalidade – no Grupo Clima, na Sociologia e na Filosofia –, provavelmente determinante da variação de perspectivas que atravessa seus escritos, aproximando-os dos leitores contemporâneos. Tal condição permitiu distanciamento e liberdade de composição, espécie de contrapeso hoje reconhecido no epíteto de “ensaísta” que qualifica uma intelectual cuja vida profissional esteve toda ligada à universidade.

A continuidade do projeto acadêmico encampado por Roger Bastide na USP, nucleado numa sociologia que visava a compreender fenômenos ligados à interpenetração de formas culturais e práticas sociais ocidentais e afro-brasileiras, inviabilizou-se, contudo, com a indicação de Florestan Fernandes para substituí-lo na cátedra. Determinada também pela abertura que concedia aos seus alunos e discípulos, sua herança intelectual se dispersou, retida diretamente apenas nas trajetórias e nas obras de Maria Isaura Pereira de Queiroz e Gilda de Mello e Souza. Certamente isso não foi pouco, dada a importância dos trabalhos realizados por essas sociólogas e pelo grupo reunido por Maria Isaura no Ceru, mas foi insuficiente para garantir à obra de Bastide no Brasil a importância que ganharia na França nas décadas seguintes. Do ponto de vista da constituição de uma tradição intelectual paulista, tais fatos implicaram a desvalorização relativa da sociologia da cultura, pelo menos até meados dos anos de 1970.

Prevaleceram em São Paulo, entre 1954 e 1969, portanto, no âmbito restrito da sociologia, as orientações temática e teórica dominantes impostas por Florestan Fernandes e equipe. Os primeiros trabalhos do grupo, voltados à questão racial, orientaram o projeto posteriormente desenvolvido, centrado na análise sociológica do capitalismo dependente e da formação da sociedade de classes no Brasil. Tal itinerário seria seguido diretamente no início dos anos de 1960, possibilitado pela criação do Cesit. O centro permitiu a contratação de pesquisadores vinculados diretamente ao projeto desenvolvido pelo grupo, intitulado “Economia e sociedade no Brasil: estudo sociológico do subdesenvolvimento”. A relação favorável estabelecida com o governo Carvalho Pinto propiciou ainda a obtenção dos recursos necessários ao andamento das pesquisas<sup>16</sup>.

16. Sobre tal contexto, consultar Romão (2003).

Embora já houvesse no grupo disputas internas, derivadas sobretudo da formação do “Grupo do Capital” – que reforçaria a orientação marxista dos trabalhos de Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni –, do qual Florestan não fora convidado a participar, elas se tornariam mais intensas a partir do golpe de 1964. A breve análise que se segue privilegia o ângulo interno dessa crise, embora reconhecendo os constrangimentos provocados pela ditadura militar. Tal abordagem exige, primeiro, questionar a composição social da equipe recrutada por Florestan Fernandes. O passo seguinte visa a compreender o modo específico de atuação do grupo, por meio de análise comparativa, que terá como contraponto o projeto acadêmico liderado por Antonio Candido na faculdade de Letras, na mesma década e nas seguintes.

Em relação ao primeiro ponto, a heterogeneidade social do grupo pode ter sido motivo de tensões internas, vinculadas a assimetrias derivadas das posses desiguais de capital econômico, cultural e “de gênero”. Creio ser possível diferenciar tipicamente dois modos de recrutamento dos membros da equipe, determinados, sobretudo, por competência intelectual e capacidade de trabalho (o primeiro) ou pela origem social relativamente desfavorecida (o segundo). Tais condições não determinavam as disputas de maneira isolada entre os membros, mediadas de forma mais direta por circunstâncias acadêmicas (e também políticas) propriamente ditas, com as quais se mesclavam. Nessa direção, alguns aspectos devem ser mencionados.

O sistema de cátedras gerava, muito provavelmente, insegurança nos assistentes e auxiliares de ensino, subordinados aos “chefes” das cadeiras, dos quais dependiam fortemente as possibilidades de prosseguir na carreira. As relações pessoais ganhavam, assim, enorme importância. Na cadeira de Sociologia I, sob o comando de Florestan Fernandes, eram restritas também as alternativas de escolha de temas e abordagens, que deveriam estar diretamente vinculados ao programa de estudos que orientava a produção de todos os integrantes do grupo. Essa configuração é significativa para se compreender a crise interna do grupo, reforçada pelo golpe de 1964.

No mesmo ano, Fernando Henrique seguiria para o Chile com o intuito de trabalhar na Cepal, deixando vago o cargo de primeiro assistente da cadeira. Sua ausência foi sentida pelo grupo, sobretudo porque o enfraquecia na resistência ao governo militar, mas também pelo que significava academicamente. No ano de 1964, Florestan Fernandes oficializou sua permanência à frente da cadeira de Sociologia I, no concurso em que apresentou a tese *A integração do negro na sociedade de classes*. Não houve disputa nesse caso, mas sim no concurso vencido por Rui Coelho para a cadeira de Socio-

logia II no mesmo ano. O derrotado foi o segundo assistente de Florestan Fernandes, Octavio Ianni, substituto de Fernando Henrique (que teria participado do concurso se estivesse em São Paulo) nessa tentativa de expansão do grupo dentro da faculdade. Ainda em 1964, Maria Sylvia de Carvalho Franco defenderia em seu doutorado, que resultou no livro *Homens livres na ordem escravocrata*, uma tese sobre o capitalismo brasileiro que divergia da interpretação do grupo sobre o tema, apoiada nas hipóteses de Florestan Fernandes. A socióloga recusava a caracterização da economia colonial brasileira como “pré-capitalista”, sugerindo que sua orientação para o mercado externo definia, apesar do escravismo, seu caráter capitalista desde o início da colonização. Ao explicitar essa diferença de interpretação, a socióloga talvez pretendesse reforçar sua posição no grupo, em função do afastamento de Fernando Henrique, que teria aberto uma disputa interna pela vaga de primeiro assistente na cadeira. O fato teria gerado, entretanto, uma crise interna, possivelmente relacionada com a transferência da socióloga para a Filosofia, em 1969. Importa aqui, sobretudo, verificar a impossibilidade de coexistirem na cátedra visões divergentes sobre as mesmas questões. Diante dessa configuração, qualquer discordância implicava provavelmente estremecimentos nas relações entre os integrantes da equipe.

Seria “ortodoxa”, no sentido acima esboçado, a orientação teórica do grupo, se comparada com a variação de temas e perspectivas permitida por Antonio Candido a partir de 1960 na cadeira de Teoria Literária e Literatura Comparada, também na USP. Conforme afirmou explicitamente em seu memorial (redigido no início dos anos de 1970, em concurso para professor titular), sua primeira providência ao assumir a cátedra foi formar equipe, atitude certamente influenciada pelo exemplo de Florestan Fernandes na Sociologia I. E decisão acertada já que, desde o início dos anos de 1940, quando Donald Pierson abriu esse caminho, consagraram-se academicamente sobretudo os programas de pesquisa desenvolvidos por grupos de pesquisadores.

Essa comparação deve ser justificada em função da distância temática aparente que separa tais projetos acadêmicos. Para tanto, devo recuar um pouco no tempo e acompanhar agora a trajetória acadêmica do autor da *Formação da literatura brasileira*. Desde o início da década de 1940, quando concluiu a graduação em Ciências Sociais, Antonio Candido equilibrou-se entre a atividade docente em sociologia – foi nomeado professor assistente de Fernando de Azevedo na cadeira de Sociologia II em 1942 – e a crítica literária, praticada sobretudo em jornais. O autor ganhou notoriedade pre-

cocemente, desde o empreendimento editorial de *Clima*, compartilhado com colegas da USP. Na Sociologia, defendeu o doutorado em 1954, publicado dez anos depois com o título *Os parceiros do rio Bonito*. Sua principal obra, *Formação da literatura brasileira* (1959), legitimou a transferência institucional do intelectual para a faculdade de Letras, ao mesmo tempo que o celebrizou como intérprete destacado do processo de *formação* da sociedade brasileira visto do ângulo literário.

O deslocamento disciplinar de Antonio Candido não o teria excluído, portanto, do contexto intelectual no qual estava inserido como sociólogo nos anos de 1950. Ao contrário, sua nova posição tornou possível a legitimação de um programa que visava, a um só tempo, à análise estética e sociológica da literatura. Dessa perspectiva, o estudo da cultura permitia avançar na compreensão dos processos de formação e modernização brasileiras, como o autor demonstrara na *Formação*.

Nessa obra, duas vertentes analíticas interagem na construção do argumento; uma focada na estruturação do texto literário (pressupondo sua autonomia relativa), outra na configuração da literatura como sistema (mobilizando diretamente a perspectiva sociológica). Essa dupla orientação, estética e sociológica, constituiria, desde que articuladas as dimensões, uma análise propriamente dialética no entender do autor, por esclarecer no mesmo passo a realidade interna ao texto e a relação de interdependência com o meio social circundante. Tal perspectiva constituiu também, como creio, o programa teórico de seu grupo, permitindo, por meio da ênfase em um dos pólos (os exemplos de Roberto Schwarz e Davi Arrigucci são típicos), assimilar certa “heterodoxia” no conjunto de trabalhos realizado pela equipe.

De fato, havia outro norte no projeto de Antonio Candido – e talvez seja possível tomar uma expressão da qual o autor faz uso freqüente para indicar as orientações por vezes distintas, mas constitutivas da trajetória do grupo: “crítica de vertentes”. Essa outra direção pretendia, principalmente, afinar os instrumentos da análise literária, pressupondo a “autonomia relativa” das obras e elegendo como tarefa central do crítico deslindar os mecanismos de estruturação das obras. Tal operação, quando bem realizada, poderia concretizar, na direção teórica prevista por autores como Lukács e Goldman, uma interpretação dialética da cultura que elege as obras como foco principal, mas permite ao mesmo tempo explicar a dinâmica da sociedade na qual essas seriam produzidas.

Tal “heterodoxia” seria, do meu ponto de vista, um dos pilares de sustentação do projeto acadêmico de Antonio Candido e de seu grupo – tão forte

como flexível –, decisiva para a consagração quase unânime dessa geração de críticos, mas também de sociólogos da literatura nas décadas de 1970 e 1980. Por meio da comparação entre as duas equipes, sugiro ainda que, embora o confronto direto com a ditadura, encampado corajosamente por Florestan Fernandes – que resultou na sua aposentadoria compulsória, bem como na de Fernando Henrique Cardoso e Octavio Ianni –, tenha sido o fato que impediu a continuidade do projeto acadêmico da cadeira de Sociologia I após a reforma universitária, a “ortodoxia” de seu programa teórico teria dificultado esse processo diante das circunstâncias externas desfavoráveis geradas pelo golpe militar.

#### Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. (1989), “Dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro”. In: MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice/Idesp/Finep, vol. 1.
- ARBOUSSE-BASTIDE, Paul. (1934-35), “Condições e organização do ensino de sociologia na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras”. *Anuário da FFCL-USP*.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. (1995), “A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a ‘escola paulista’”. In: MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Sumaré/Idesp/Fapesp, vol. 2.
- \_\_\_\_\_. (2002). *Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX*. São Paulo, Edusc.
- BASTIDE, Roger. (1971), *Arte e sociedade*. São Paulo, Cia. Editora Nacional.
- BASTIDE, Roger & FERNANDES, Florestan. (1959), *Branco e negro em São Paulo*. São Paulo, Editora Nacional.
- CANDIDO, Antonio. (1957), “A sociologia no Brasil”. *Enciclopédia Delta Larousse*. São Paulo, vol. IV.
- \_\_\_\_\_. (1964), *Formação da literatura brasileira*. São Paulo, Martins.
- \_\_\_\_\_. (1976), *Literatura e sociedade*. São Paulo, Cia. Editora Nacional.
- \_\_\_\_\_. (1987), *Os parceiros do rio Bonito*. São Paulo, Duas Cidades.
- CARDOSO, Irene. (1982), *A Universidade da Comunhão Paulista*. São Paulo, Cortez.
- CORRÊA, Mariza. (1995), “A antropologia no Brasil (1960-1980)”. In: MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Sumaré/Idesp/Fapesp, vol. 2.
- FERNANDES, Florestan. (1958), *A etnologia e a sociologia no Brasil*. São Paulo, Anhembi.
- \_\_\_\_\_. (1981), *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar.
- FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. (1963), “O estudo sociológico de comunidades”. *Revista de Antropologia*, 11 (1 e 2), São Paulo.

- \_\_\_\_\_. (1983), *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo, Kairós.
- GARCIA, Sylvia. (2002), *Destino ímpar*. São Paulo, Editora 34.
- IANNI, Octavio. (1971), “Estudo de comunidade e conhecimento científico”. In: \_\_\_\_\_. *Sociologia da sociologia latino-americana*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- JACKSON, Luiz Carlos. (2004), “A sociologia paulista nas revistas especializadas (1940-1965)”. *Tempo Social*, 16 (1): 263-283.
- \_\_\_\_\_. (2002), *A tradição esquecida: Os parceiros do rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido*. Belo Horizonte, Editora da UFMG.
- LIMONGI, Fernando. (1987), “Revista *Sociologia*: a ELSP e o desenvolvimento da sociologia em São Paulo”. *Caderno Idesp* (Série História das Ciências Sociais), n. 1.
- \_\_\_\_\_. (1989a), “Mentores e clientelas da Universidade de São Paulo”. In: MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice/Idesp/Finep, vol. 1.
- \_\_\_\_\_. (1989b), “A Escola Livre de Sociologia e Política”. In: MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice/Idesp/Finep, vol. 1.
- MAIO, Marcos Chor. (1997), *A história do projeto Unesco: estudos raciais e ciências sociais no Brasil*. Rio de Janeiro, tese de doutorado, IUPERJ.
- MICELI, Sergio. (1989a), “Por uma sociologia das ciências sociais”. In: \_\_\_\_\_. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice/Idesp/Finep, vol. 1.
- \_\_\_\_\_. (1989b), “Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais”. In: \_\_\_\_\_. (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Vértice/Idesp/Finep, vol. 1.
- \_\_\_\_\_. (1995). “O cenário institucional das ciências sociais no Brasil”. In: \_\_\_\_\_. (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Sumaré/Idesp/Fapesp, vol. 2.
- NOGUEIRA, Oracy. (1954), “Estudos de comunidades no Brasil sob perspectiva nacional”. *Sociologia*, XVI (2). São Paulo.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. (1995), “As ciências sociais no Rio de Janeiro”. In: MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo, Sumaré/Idesp/Fapesp, vol. 2.
- PEIXOTO, Fernanda. (2000), *Diálogos brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide*. São Paulo, Edusp/Fapesp.
- PIERSON, Donald. (1970), *Teoria e pesquisa em sociologia*. São Paulo, Melhoramentos.
- PONTES, Heloisa. (1998), *Destinos mistos*. São Paulo, Companhia das Letras.
- \_\_\_\_\_. (2004), “Modas e modos: uma leitura enviesada de O espírito das roupas”. *Cadernos Pagu*, 22.

- PULICI, Carolina. (2004), *De como o sociólogo deve praticar o seu ofício: as cátedras de Sociologia da USP entre 1954 e 1969*. São Paulo, dissertação de mestrado, FFLCH-USP.
- ROMÃO, Wagner de Melo. (2003), *A experiência do Cesit: sociologia e política acadêmica nos anos 1960*. São Paulo, dissertação de mestrado, FFLCH-USP.
- VILLAS BÔAS, Gláucia. (2006), *Mudança provocada: passado e futuro do pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro, Editora da FGV.
- WILLEMS, Emílio. (1947), *Cunha: tradição e mudança em uma cultura rural do Brasil*. São Paulo, Secretária da Agricultura.

Resumo

*Gerações pioneiras na sociologia paulista (1934 - 1969)*

Este artigo interpreta linhas de pesquisa e obras consagradas durante o período de institucionalização das ciências sociais em São Paulo a partir dos vínculos sociais e políticos estabelecidos entre agentes (indivíduos, grupos e instituições) desse processo, interna e externamente ao campo intelectual em formação. Nessa direção, algumas trajetórias são privilegiadas na análise, tendo em vista esclarecer sentidos prováveis que teriam direcionado as práticas sociais nesse contexto.

Palavras-chave: Sociologia paulista; Campo intelectual; Trajetórias; Obras.

Abstract

*Pioneering generations in the São Paulo school of sociology (1934 - 1969)*

This article examines lines of research and works consolidated during the period when the social sciences were being institutionalized in São Paulo, basing its interpretation on the social and political ties established between agents (individuals, groups and institutions) involved in this process, both inside and outside the intellectual field being formed. As part of this examination, the analysis focuses on a number of careers, looking to bring to light the meanings that guided social practices in this context.

Keywords: São Paulo School of Sociology; Intellectual field; Careers; Works.

Texto recebido em 26/4/2007 e aprovado em 26/4/2007.

Luiz Carlos Jackson é professor no Departamento de Sociologia da USP. E-mail: ljackson@usp.br.